



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E
INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: COMO
DESMISTIFICAR CONCEITOS PARA VIABILIZAR A CONVIVÊNCIA
ESCOLAR**

CARLEIDE DOS SANTOS CRUZ
ELINE COSTA MACÊDO LIMA

São Cristóvão – SE
2016

CARLEIDE DOS SANTOS CRUZ
ELINE COSTA MACÊDO LIMA

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: COMO
DESMISTIFICAR CONCEITOS PARA VIABILIZAR A CONVIVÊNCIA
ESCOLAR**

Professora Orientadora: Doutora Alessandra
Barbosa Bispo.

Trabalho de conclusão de curso apresentado em
forma de Plano de Intervenção em cumprimento
a uma das exigências para obtenção do título de
especialista no Curso de Especialização em
Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar
(Escola que Protege).

Eixo Temático: Escola como espaço de
promoção da cidadania e mediação de conflitos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E
INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)

COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção do/a docente Carleide dos Santos Cruz e Eline Costa Macêdo Lima intitulado ECA: Como Desmistificar Conceitos para Viabilizar a Convivência Escolar defendido e aprovado empela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

(Examinador/a 1)

(Examinador/a 2)

(Orientador/a)

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças:

A Deus, por ter dado vida, força e perseverança para continuarmos trilhando o nosso caminho e vencendo os diversos obstáculos que encontramos ao longo da realização deste. A Ele toda gratidão por ser nosso Pai nos momentos de alegria, e por ser o refugio nos momentos necessários. A Ti, Senhor, dedicamos essa etapa de nossas vidas, confiando que continuarás a conduzir nossos passos em direção à sua vontade perfeita e soberana.

Aos nossos familiares, que sempre estiveram conosco nos momentos mais difíceis desta caminhada, quando os obstáculos que surgiram pareciam intransponíveis nos apoiaram para que superássemos e enfrentássemos tudo com serenidade e dedicação. A vocês, nosso sorriso, o nosso carinho e o nosso obrigado.

A nossa orientadora Professora Doutora Alessandra Barbosa Bispo que semeou da melhor forma possível o conhecimento, que move parte de nossas vidas, nosso respeito e admiração.

RESUMO

O projeto de intervenção surgiu da necessidade de compreender a relação que os profissionais da educação têm com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no entanto, será desenvolvido na Escola Municipal D. Pedro II está localizada na cidade de Laranjeiras, mais precisamente no bairro Pedra Branca, aproximadamente 5 (cinco) quilômetros do centro da cidade. O projeto de intervenção tem como objetivo desmistificar conceitos errôneos e preconceituosos a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, levando propostas de intervenções que garantam melhores formas de relacionamentos interpessoais e profissionais. Partimos do pressuposto que é de grande relevância uma análise minuciosa acerca deste documento. Consideramos que diante de todas as dificuldades encontradas no processo educacional é possível estimular de forma recíproca a prática educativa e a produção de conhecimento, contribuindo para que se acumule um corpo de saber prático e teórico na formação inicial dos educadores e sirva como fonte para o aperfeiçoamento profissional por meio da formação continuada.

Palavras-chaves: educação, reflexão, mudança.

SUMMARY

The intervention project arose from the need to understand the relationship that education professionals have with the Statute of the child and adolescent, however, will be developed in the school hall Pedro II is located in the city of Orange, more precisely in the neighborhood, white stone about 5 (five) kilometers from the city center. The intervention project aims to de-mystify misconceptions and prejudice regarding the Statute of the child and adolescent, taking proposals for interventions that ensure better forms of interpersonal and professional relationships. We start from the assumption that it is of great importance a thorough analysis of this document. We believe that in the face of all difficulties encountered in the educational process is possible stimulate reciprocal form the educational practice and knowledge production, helping to build up a body of theoretical and practical training to know of early educators and serve ...

Keywords: education, reflection, change.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1- Conhecimento do ECA pelos alunos da escola municipal D Pedro II do turno vespertino.....	26
Gráfico 2 – Dados dos alunos da escola municipal D. Pedro II do turno vespertino que dizem não ter seus direitos respeitados na escola.....	27
Gráfico 3 – Alunos da escola municipal D. Pedro II que afirmam o comparecimento do conselho tutelar na escola.....	27
Gráfico 4 – Discordância dos professores da escola municipal D. Pedro II sobre o que diz o ECA.....	29
Tabela 1 – Cronograma de Ações do Plano de Intervenção.....	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: REVISÃO DE LITERATURA.....	16
CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO	23
CAPÍTULO 3: PLANO DE INTERVENÇÃO	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
APÊNDICES.....	38
ANEXOS.....	46

1. INTRODUÇÃO

O presente Plano de Intervenção foi desenvolvido na Escola Municipal D. Pedro II está localizada na cidade de Laranjeiras, mais precisamente no bairro Pedra Branca, aproximadamente 5(cinco) quilômetros do centro da cidade.

O município de Laranjeiras localizado distante dezoito quilômetros de Aracaju foi considerado em meados do século XIX a cidade mais importante do estado de Sergipe. Berço da cultura, educação, política e economia, destacava-se no cenário Sergipano, com condições de se tornar capital, fato impedido devido a uma manobra do Barão de Maruim, que fez articulações políticas para transferir a sede de São Cristóvão para Aracaju. A cidade de Laranjeiras possui ruas, casarios e igrejas revelam a beleza da arquitetura colonial, uma atração turística em Sergipe.

De acordo com a historiografia Sergipana, depois que as tropas de Cristóvão de Barros destruíram as nações indígenas, por volta de 1530, muitos colonos se fixaram às margens do rio Cotinguiba, em terras pertencentes à Freguesia de Socorro. Lá, foi construído um pequeno porto e, por causa das frondosas laranjeiras à beira do rio, moradores e viajantes começaram a identificar o local como "porto das laranjeiras".

Em torno dele, o comércio foi ganhando espaço, principalmente a troca de escravos, e surgiram as primeiras residências. A partir de 1637, o pequeno povoado de Laranjeiras teve casas destruídas pelo domínio holandês, mas o porto foi preservado. Depois que os holandeses deixaram Sergipe, em 1645, o porto fez retornar a prosperidade ao povoado, que crescia rapidamente. Em 1701, os padres jesuítas construíram a primeira igreja com convento, à margem esquerda do riacho São Pedro. O local foi chamado de "Retiro". Em 1731, os jesuítas ordenaram a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Comandaroba, verdadeira obra-prima da arquitetura colonial.

Em 1832, a Assembléia Geral da Província transforma o povoado em vila independente. Em fevereiro de 1835, Laranjeiras é alçada à condição de Distrito de Paz e, em 11 de agosto de 1841, torna-se sede da comarca.

Laranjeiras teve na indústria açucareira sua maior fonte de renda. Abrigava centenas de engenhos e, depois, usinas. Entre elas, destacaram-se Varzinha, São José Pinheiro e Sergipe. Em 1860, Laranjeiras recebeu a visita do Imperador Dom Pedro II e da imperatriz Tereza Cristina. O casal visitou a Câmara de Vereadores, o Paço Municipal e participou de saraus e banquetes.

A cidade de Laranjeiras é referência no folclore, seus folguedos estão entre os mais importantes do Brasil, como o Reisado, Guerreiros, Lambe-Sujos e Caboclinhos, Cacumbi, Taieira, Samba de Parelha, São Gonçalo, Batalhão 1º de São João, Chegança Almirante Tamandaré e os Penitentes.

Sendo assim, para uma melhor ambientação do objeto de estudo, faz-se necessário uma caracterização da Escola Municipal Dom Pedro II no município de Laranjeiras. A escola apresenta uma estrutura física com 11 salas de aula além de outros compartimentos, o corpo discente é formado por 550 alunos e o docente por 26 professores. Em alguns momentos é comum acontecer incidentes entre alunos, mas observamos que tudo ocorre sem muitos agravos. Não obtivemos uma informação precisa sobre o PPP (Projeto Político Pedagógico), professores afirmam desconhecer a existência e a coordenação diz que o documento está na Secretaria Municipal de Educação, sendo esta última que organiza o calendário escolar anual e outras deliberações na escola.

Para compreensão acerca do que é o Plano de Intervenção e um melhor entendimento da proposta de trabalho apresentada faz necessário o entendimento de que o objetivo do projeto é o aperfeiçoamento de estratégias para um desenvolvimento eficaz das atividades diárias no ambiente escolar.

Segundo TRIPP (2005) “a pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos...” (TRIPP, ANO 2005, PÁG, 445)

É importante salientar que a identificação do ciclo básico da investigação-ação, será de grande auxílio na identificação do problema, como também em sua implementação, monitoramento e avaliação para obtenção de êxito na proposta. Dessa forma, o Projeto de Intervenção é um subsídio para realização de mudanças no ambiente educacional, partindo dos dados coletados na pesquisa.

Faz-se necessário criar relações interpessoais que envolva professor e aluno no ambiente escolar, pois a indisciplina e as agressões são inúmeras frente ao processo educativo. No entanto, os educadores enquanto sujeito de intervenção e de sensibilizador das ações, devem ter conhecimento das leis para saber dá o encaminhamento correto para cada caso.

Partindo da necessidade de reconhecer a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na prática pedagógica, este plano de intervenção tem como objetivo geral desenvolver algumas estratégias para tornar o ECA conhecido e a partir de então levá-lo a

prática pelos professores do ensino fundamental maior, do turno vespertino, na Escola Municipal Dom Pedro II no município de Laranjeiras.

Nessa perspectiva consideramos que este trabalho contribuirá para o enriquecimento cultural, além de propiciar a socialização e interação de toda a comunidade escolar nesse processo de construção de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e Adolescente. De acordo com um dos princípios apontados no ECA (1990):

Artigo 70 III – a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014).

É preciso reavaliar as práticas pedagógicas e aplicar o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, onde esta ressalta a importância da inserção das crianças e adolescentes como sujeitos do processo educativo, para “a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2013 pág. 10)

Dessa forma, a intervenção para a transformação deve iniciar no ambiente escolar, onde há uma diversidade de culturas e ideias voltadas para a realidade dos educandos e toda a comunidade escolar. Sabemos que para que esta proposta seja concretizada faz-se necessário que a escola atue de forma democrática em gestão e que envolva toda a comunidade escolar na elaboração do Currículo Escolar e do Projeto Político Pedagógico, onde a preparação para a cidadania seja o foco principal.

Assim, esperamos que este trabalho contribua para o questionamento e redirecionamento da prática a partir do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, afinal, é primordial que estejamos sempre buscando a melhor forma de transformação e de desenvolver nossas atividades pedagógicas, uma vez que estamos em constantes processos de aprendizagem.

Nesse sentido traçamos como **Objetivo Geral:**

- ✓ Despertar no público-alvo o interesse em conhecer o ECA, sugerindo-o algumas estratégias que ressalte a importância da prática do mesmo na Escola em que trabalha.

Para alcançar o objetivo proposto, faz-se necessário os seguintes **Objetivos Específicos**:

- ✓ Reconhecer a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente na prática pedagógica dos professores do ensino fundamental maior do turno vespertino da Escola Municipal D. Pedro II;
- ✓ Compreender a importância do ECA através de práticas educativas dos professores do ensino fundamental maior do turno vespertino da Escola Municipal D. Pedro II;
- ✓ Disseminar no ambiente escolar o Estatuto da Criança e do Adolescente, contribuindo para a formação e conscientização de alunos e professores.

Norteando o trabalho temos as seguintes **Questões norteadoras**:

- ✓ O ECA é conhecido pela equipe que compõe essa unidade de Ensino? Como?
- ✓ Existem exemplares do ECA ou de algumas outras leis que garantam os direitos infanto-juvenis na biblioteca da Escola? Ou fácil acesso a internet para consultá-los?
- ✓ O ECA garante o direitos das crianças e adolescentes, cabe a todos nós executá-lo. Como a equipe dessa Escola faz a sua parte na execução do ECA?
- ✓ Por que na prática o ECA é tão difícil de cumprir? Quais as dificuldades que a equipe dessa escola tem nesse compromisso em cumpri-lo?
- ✓ Quais as expectativas que a Equipe dessa unidade de ensino tem a respeito do ECA?
- ✓ O que a falta do ECA está provocando nos alunos?

Seguindo esses questionamentos temos como justificativa para o referido Plano de Intervenção a necessidade de refletir sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, pois é importante que os profissionais em Educação, principalmente os que atuam dentro do ambiente escolar da escola citada nesse plano, conheçam o ECA, partindo de um pressuposto que não

existe prática sem a teoria. A nossa proposta será despertar o interesse dos professores do ensino fundamental maior do turno vespertino da Escola Municipal D. Pedro II a desenvolver atividades voltadas ao estudo teórico e prático do ECA e outras leis afins, com os seus educandos, levando-os ao reconhecimento da importância desse estudo para prática diária, para gerar uma convivência harmônica.

Ao iniciarmos esse projeto que tem como público-alvo, professores, alunos, enfim todos os profissionais em educação, particularmente todos os que compõem o quadro funcional do turno vespertino da Escola Municipal D. Pedro II. Consideramos de fundamental importância esse projeto, pois promove o conhecimento sobre as leis que protegem as crianças e adolescentes, possibilitando melhores formas do professor desenvolver sua prática pedagógica ao lidar com seus alunos.

O projeto de intervenção tem também características incentivadoras a desmistificar certos conceitos errôneos e preconceituosos a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, levando a eles propostas de intervenções que garantam melhores formas de relacionamentos interpessoais e profissionais; uma vez que, por não conhecer a teoria muitos ainda criam seus próprios conceitos dando créditos ao que diz o senso comum.

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Municipal D. Pedro II através de questionários aplicados a professores e alunos. Constatamos que a maioria dos profissionais que ali atuam conhecem o ECA, mas nunca fizeram o estudo do mesmo e de outras leis que promovem o bem estar de crianças e adolescentes, e por conta disso criam os seus próprios conceitos mistificando o que diz o Estatuto da Criança e Adolescente. Esses resultados nos inquietaram, porém motivou a elaboração dessa temática para o projeto de intervenção, na busca de transformar essa realidade. Para isso, elaboramos estratégias bastante dinâmicas que serão sugeridas para viabilizar o conhecimento das leis com os funcionários e alunos dessa unidade de ensino, podendo assim, transformar teoria em prática.

Trata-se de uma pesquisa aplicada, qualitativa com alguns elementos quantitativos. Tem caráter exploratório e descritivo e como público-alvo professores, alunos e todos os profissionais em educação, em especial os que atuam no turno vespertino da Escola Municipal D. Pedro II. Está relacionada com interesses locais e considera a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito.

Para fundamentação teórica deste estudo será utilizada a pesquisa bibliográfica por meios de livros, revistas e documentos. Vale ressaltar que este estudo contará com a pesquisa digital. O resultado da coleta de dados será apresentado em forma de gráficos e juntamente com análise das pesquisadoras.

No primeiro momento será realizada a análise bibliográfica referente ao tema em estudo. A partir disso, será produzido um apanhado teórico sobre o processo de divulgação e reconhecimento do ECA como elemento fundamental para viabilizar um bom relacionamento no ambiente escolar.

No segundo momento serão aplicados os instrumentos de coletas de dados bem como a realização das observações necessárias. Em seguida os dados serão analisados e apresentados.

O referido projeto de estudo está dividido em três capítulos, onde o primeiro destaca a revisão de literatura abordando documentos de grande relevância para nortear e desenvolver o mesmo com uma base teórica que facilite a relação entre teoria e prática. No segundo capítulo apresenta-se a parte diagnóstica, ou seja, uma breve apresentação da parte física da escola em estudo, bem como a análise dos dados obtidos através da aplicação de questionários entre alunos e professores. No terceiro capítulo descreve a proposta de como será desenvolvido o plano de intervenção no turno vespertino da Escola Municipal Dom Pedro II.

CAPÍTULO 1. REVISÃO DE LITERATURA:

Aprofundar os estudos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente para melhor entender e colocá-lo em prática, faz necessário conhecer o seu contexto histórico. Assim, como os direitos dos homens e mulheres vêm surgindo e se aperfeiçoando desde o século XVII, acompanhados por revoluções e progressos históricos da humanidade. Somente a partir do século XX a criança passou a ser vista como sujeito integral dotado de direitos. “(...) formulam-se os seus direitos básicos, reconhecendo-se, com eles, que a criança é um ser humano especial, com características específicas, e que tem direitos próprios.”(MARCÍLIO, 1998, pág, 01.)

Houve um avanço em relação ao encaminhamento correto da prática do ato delitivo ou ato infracional, como ocorria antes, onde os menores ficariam sob a responsabilidade dos pais até 14 anos, caso não fosse possível era aplicada a medida de internação.

Pode-se afirmar que a legislação das primeiras décadas do século XX respondia aos temores provenientes do aumento da criminalidade infantil e buscava proteger tanto a sociedade quanto à infância. As medidas propostas proporcionavam um maior controle de população nas ruas por meio de intervenção policial. O sistema de proteção e assistência do Código de Menores submetia qualquer criança, por sua simples condição de pobreza, à ação de Justiça e da Assistência. (SOARES, 2011, P. 01)

Surge então, documentos importantíssimos como a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, de 26 de setembro de 1948, estabelecido pela Organização das Nações Unidas em 1959, a Convenção dos Direitos das Crianças em 1989 entre outros, que influenciaram significativamente para a criação do ECA em 1990. Este assegura em seus artigos, garantias de grande relevância para o desenvolvimento infanto-juvenil quais sejam, direito a um nome, nacionalidade, previdência social, alimentação, educação, recreação, assistência médica, ambiente de segurança e afabilidade. “Os mandamentos constitucional e estatutário têm sua fonte no 9º Princípio da Declaração dos Direitos da Criança, da ONU: ‘A criança gozará de proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração’” (LIBERATI, 1999, p 17).

É de fundamental importância levar aos educadores a história da construção do ECA, para que assim, a partir do conhecimento do conteúdo teórico facilite a prática de relacionamentos harmoniosos e salutar no ambiente escolar.

7.23 Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.24 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;(BRASIL, 2014, pàg. 23)

Assim estão explícitas no texto base do Plano Nacional de Educação na meta 7 dos itens 7.23/7.24, que foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff, em 25 de junho de 2014. Para tanto, partindo deste contexto torna-se importante a divulgação desses princípios, além do estímulo e incentivo aos professores a tomar conhecimento dessa legislação para que seja inserido em sua prática docente.

O ECA deixa claro em seu Art. 5º que a omissão também é uma forma de praticar crime, porém nos perguntamos: quantas vezes somos omissos por ignorância? Ou seja, por não ter conhecimento do que diz as leis. “Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” (BRASIL, 1990, PÁG. 01)

O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado, Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007,(BRASIL, 2007, pág. 01)

Deve-se ressaltar a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente no ambiente escolar, bem como a relevância deste para a formação pessoal e profissional de toda a comunidade escolar. O professor Mário Volpi (2004), oficial de Projetos do Fundo das Nações Unidas para a INFÂNCIA - UNICEF, sobre isso afirma:

"O Estatuto é um importante instrumento de consolidação do direito à educação. Sua relação com a escola está ligada à questão da cidadania. A escola é o principal espaço onde a pessoa aprende a viver na sociedade respeitando leis, direitos e lutando pelos próprios. Escola e Estatuto são, portanto, dois importantes instrumentos de cidadania", disse. <http://www.promenino.org.br/noticias/especiais/mario-volpi-ressalta-a-importancia-do-eca-na-escola>, 2004

No entanto, percebe-se a importância da socialização entre aluno X professor no processo de realização de atividades que despertem o interesse para o conhecimento específico dos direitos e deveres contidos no ECA e que as barreiras e os preconceitos sejam desmistificados.

Os professores dispõem de materiais para enriquecer o trabalho docente uma vez que a LDB cita o ECA e sugere como ele seja trabalhado nas escolas, onde pode-se encontrar de forma explícita a garantia da criança e adolescente de exercer a cidadania plena. A LDB convida ao educador a mediar à liberdade de direitos infanto-juvenil, afastando-os do papel de facilitador da opressão. O ECA e a LDB são provas de avanços democráticos na sociedade brasileira, ambos devem ser vivenciados e praticados em todos os níveis sociais. Tanto a LDB como o ECA chama a responsabilidade a família e o estado para a questão de respeito aos direitos do público infanto-juvenil. O art. 3º da LDB está em consonância com o artigo 5º do ECA garantindo o diferente sem negligência e ambos recriminam a opressão por razões sociais, econômicas culturais e religiosas.

LDB Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II** - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III** - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV** - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V** - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI** - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII** - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII** - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX** - garantia de padrão de qualidade;
- X** - valorização da experiência extra escolar;
- XI** - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII** - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996, PÁG. 11),

As crianças e adolescentes são passíveis de discriminação e preconceito principalmente nas classes mais pobres, que sofrem com a desigualdade, e não são tratadas como outras crianças e adolescentes de outras camadas sociais, no entanto sobre isso o ECA diz:

ECA, Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

A LDB está implicitamente relacionada ao ECA, comparações feitas com a que acabamos de citar pode ser observada em boa parte de sua redação

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Na Constituição Federal, no artigo citado acima, podemos observar o chamamento à responsabilidade e ao dever de que todos os cidadãos têm a responsabilidade de proteger as crianças e adolescentes, dessa forma, ao cuidar deles, dando-lhes as garantias descritas no artigo 227, estaremos cuidando do futuro do nosso país.

Segundo Bega (2008), feito o reconhecimento do problema, em sua magnitude, é necessário agir sobre ele. Nesse sentido, ações governamentais e da sociedade civil, tendo a escola como lócus privilegiado, precisam ser delineadas, através de diagnósticos detalhados, escolha de instrumentos teóricos e metodológicos de intervenção e, principalmente, através de ação sistemática de formação professores e demais profissionais da educação para o reconhecimento do problema e do domínio de mecanismos de pronta intervenção”. (BEGA, 2008, pág. 08)

Nota-se que o Estatuto da Criança e do adolescente provocou mudanças significativas, sobre isso, o especialista Antônio Carlos Gomes da Costa, um dos redatores do estatuto, Pedagogo, escritor e consultor. Iniciou seu trabalho social e educativo dirigindo por quase sete anos a escola Barão de Camargos, da FEBEM Minas Gerais, em Ouro Preto diz:

“O Estatuto da Criança e Adolescentes (Lei 8069/90) de 13 de julho desse mesmo ano, já provocou um conjunto significativo de mudanças, tanto no panorama legal quanto nas políticas públicas e nas ações de solidariedades social em relação à população infanto-juvenil brasileira. A primeira dessas mudanças foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), e de conselhos estaduais nos vinte e seis Estados da Federação e no Distrito Federal. Além disso, milhares de conselhos

municipais e tutelares foram criados em todo o país. Nenhuma lei, em toda a história dos avanços legais brasileiros, foi tão editada e reeditada por um conjunto tão vasto e diversificado de instituições governamentais e não-governamentais. Milhares de eventos (encontros seminário, congressos, fóruns, simpósios, conferências e outros nesta linha) foram realizados em todos os quadrantes do nosso território. Hoje, podemos afirmar que se trata de uma lei conhecida e reconhecida por boa parte da população brasileira. Embora existam ainda, em seu texto, vários pontos que são considerados polêmicos por algumas pessoas e instituições”. (<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/noticias.html?idEdicao=9&idCategoria=80>)

Compreendemos assim, que a formação de professores e demais profissionais de educação facilitará as soluções de problemas conflituosos que possam acontecer no ambiente escolar. “É necessário construir uma nova visão de nossas crianças e adolescentes, partindo do conjunto de normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, regido pela Doutrina da Proteção Integral, e tendo como base os princípios da prioridade absoluta e do melhor interesse do menor.” (VILAS-BOAS, 2001, pág. 01.)

A Doutrina de Proteção Integral fortalecida a partir da Constituição Federal em seu artigo 277 põe fim com o estabelecido pela Doutrina de Situação Irregular, que tinha como uma das consequências a internação da criança e adolescente em instituições como a FEBEM.

Na Doutrina de Proteção Integral a criança e adolescente são vistos como cidadãos plenos e com prioridade de proteção, uma vez que estão em fase de desenvolvimento físico, psicológico e moral. Essa Doutrina causou uma revolução no sistema menorista em termos de estrutura jurídica, uma inovação que foi consolidada com a criação do ECA. Contudo, faz-se necessário divulgá-la uma vez que nossa sociedade precisa internalizar as regras citadas no Estatuto para poder assim, desmistificar conceitos inequívocos criados.

No livro Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 20 anos do estatuto, podemos observar que através de dados levantados temos uma visão positiva do ECA, pesquisas revelam que desde criação do ECA e decorrido 20 anos de sua atuação, a situação da população infanto-juvenil melhorou, segundo os autores esse período decorrido é marcado por desafios e conquistas, para eles os trabalhos que se tem feito na área das crianças e adolescentes tem sido bastante consistente . O livro chama nossa atenção para importância de inserir cada vez mais a sociedade nos processos contemporâneos buscando melhor qualidade de vida especialmente para crianças e adolescentes. Apesar de demonstrar grandes avanços nesses últimos 20 anos o livro também faz referencias aos desafios que ainda temos pela frente e um deles é levar o conhecimento do ECA para o maior número de pessoas possíveis.

Esse estudo nos permite entender que apesar dos avanços, do ECA ter sido um grande marco para esse progresso de proteção a criança e adolescente, muitos direitos ainda são negados impedindo que crianças e adolescentes cresçam e se desenvolvam de maneira saudável, assim aumentando nossa responsabilidade, principalmente do Estado de assegurar compromissos com a infância e adolescência, mas não podemos desanimar a luta ainda é grande e o passo mais importante é tirar o ECA do papel. “A tarefa ainda é gigantesca, como o próprio País. Por isso, desejamos uma boa luta aos brasileiros e brasileiras comprometidos em “tirar o ECA do papel” e garantir mais Brasil para as novas gerações”. (BRASIL ,2010 pág. 09)

Assim, observa-se a importância de uma Gestão democrática para se fazer o Estatuto da Criança e do Adolescente conhecido na escola, sendo necessária a organização e elaboração um planejamento que viabilize e concretize ações que ajude na divulgação e principalmente na prática do mesmo, criando em seu PPP (Projeto, Político, Pedagógico) estratégias para tanto. Nos moldes de uma Gestão Democrática teremos uma escola mais democrática, transparente, plural, autônoma e de qualidade social que pode contar com a participação de todos. Esse modelo democrático de gestão de escolas contribuirá para formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, que consecutivamente assegurará os direitos e deveres de crianças e adolescentes.

Dessa forma, compreendemos que as Políticas Públicas devem ser criadas para que nenhuma criança fique fora da escola baseando-se com que diz o artigo 205 da Carta Magna que sinaliza que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família [...] e continua no artigo 208 quando diz que o ensino é obrigatório e gratuito [...] Valendo aqui informar que qualquer pessoa ou qualquer grupo de pessoa pode acionar o poder Jurídico se for comprovada a negligência na oferta de vaga pelo poder público.

“Essas políticas públicas, entendidas como ações estabelecidas para a transformação da realidade, certamente sinalizarão o caminho da construção de uma sociedade justa e igualitária, em que a educação, para ser um dos alicerces da cidadania, precisa ser, necessariamente, democrática e de qualidade para todos.” (Gracindo, 2007 pág. 29)

Em uma gestão Democrática a escola tem que ser inclusiva, respeitando-se o direito de crianças e adolescentes de estudar. É na escola que crianças e adolescentes passam boa parte de sua vida e lá é o melhor lugar para que eles conheçam as leis que os protegem principalmente o ECA, portanto, a importância de levar esse conhecimento aos professores da Escola Municipal D. Pedro II.

Conforme Garcia (1999), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA,

guarda em si um potencial fantástico de renovação, no resgate da criança e do adolescente como ser humano sujeito de direitos – portador de vida futura, vida que deve receber o máximo de dedicação, devido ao seu caráter novo, fundante; titular de direitos especiais, em virtude de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. (GARCIA, 1999, p. 94-95)

Como cita o autor o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma grande conquista, esta lei trouxe significativas mudanças para a população infanto-juvenil, entre as quais o reconhecimento destes enquanto sujeitos de direitos, pessoas em fase de desenvolvimento, físico, psíquico e social e com prioridade absoluta.

CAPITULO 2. DIAGNÓSTICO

A escola Municipal D. Pedro II está localizada na cidade de Laranjeiras - SE. Inaugurada em 1975, está passando por sua segunda reforma. Após conclusão da reforma, possuirá 11 salas de aula (hoje possui 8), quadra coberta, cozinha com refeitório, secretária, sala de professores, coordenação e direção, laboratório de informática, almoxarifado, depósito e banheiros (dois nas salas de educação infantil preparados especialmente para atendê-los) estando todos os ambientes adaptados. Funciona nos três turnos com 550 alunos distribuídos em Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos, sendo Educação Infantil e Ensino Fundamental I no turno matutino, fundamental II no turno vespertino e EJA no turno noturno. Possui em seu quadro de professores 26 profissionais todos habilitados para trabalharem em suas respectivas áreas.

A relação professor versus aluno ocorre de forma harmoniosa, os alunos desta Unidade Escolar têm em sua maioria o respeito ao professor, fazendo muitas vezes desse, seu confidente. No tocante a relação aluno e diretoria, hoje, ocorrem sem animosidade, reconhecem-se dentro da hierarquia e respeitam-se.

A merenda escolar é oferecida por uma empresa a qual passou por processo de licitação, sendo a mesma responsável pela distribuição da merenda e montagem do cardápio que é composto por frutas, verduras, legumes, sucos, arroz, feijão, mingaus, carne, frango, etc.

A escola não possui espaço apropriado para biblioteca, ficando os livros armazenados em uma sala. O mesmo acontece com a sala de informática. A escola não possui Grêmio Escolar.

O espaço escolar ainda não é dos melhores, mas é organizado de modo que possa atender alunos e professores em suas atividades diárias e em desenvolvimento de projetos e/ou demais eventos, da melhor maneira possível.

Os livros didáticos são escolhidos e utilizados a cada três anos e atendem a todos os alunos somente no primeiro ano de uso, pois estes, ao encerrar o ano letivo não devolvem os livros integralmente. Para suprir essa falta de livros nos anos seguintes utilizam a dinâmica do empréstimo: o professor pega um determinado número de livros na secretaria da escola que vão ser utilizadas na aula e ao final da aula recolhe os livros de todos os alunos da turma em que ele trabalhou e devolve no mesmo local onde pegou.

O Projeto Político Pedagógico desta Unidade escolar foi elaborado há alguns anos e desde sua elaboração não foi mais analisado e alterado. Os profissionais que estão hoje lotados nesta escola não souberam informar como foi o processo de elaboração do PPP. A composição

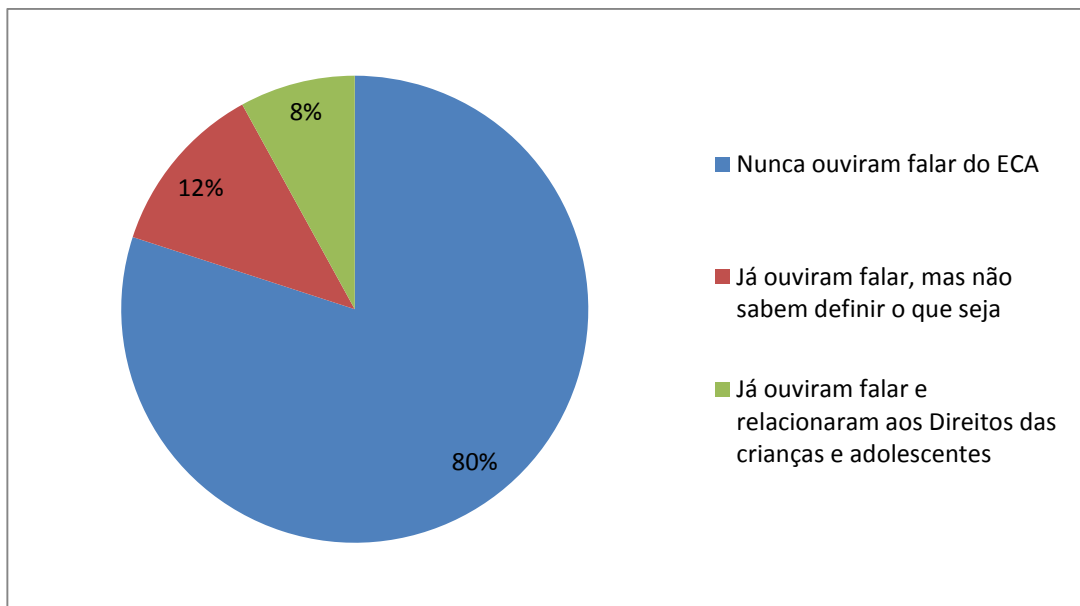
do Currículo Escolar das Unidades de Ensino deste município assim como de outros tantos, não é definida na própria escola. Esse papel é realizado pela Secretária de Educação. O mesmo ocorre com o calendário escolar. A Secretária de Educação prepara parcialmente o calendário e o distribui nas escolas para que estas introduzam suas necessidades e particularidades, como por exemplo: feriados (cada povoado possui um feriado específico referente ao padroeiro), projetos, reuniões pedagógicas, administrativas, pais e mestres, avaliações, etc. Em se falando de reuniões, a de pais tem como foco principal a aprendizagem, lembrando aos pais ou responsáveis que eles são peças fundamentais no fechamento desse círculo, e que sem essa parceria e responsabilidade a busca de bons resultados fica mais difícil. Além deste ponto, claro, os pais também recebem orientações das práticas que permeiam o cotidiano escolar durante as reuniões com as famílias realizadas na comunidade escolar.

Os professores neste município não possuem horário de trabalho pedagógico. Todo contexto educacional é debatido nas reuniões pedagógicas que estão demarcadas no calendário escolar. Os planos de ensino são desenvolvidos pelo professor, ficando sob sua responsabilidade a definição dos objetivos a serem alcançados, as formas de avaliação e recuperação. No entanto, é importante ressaltar que esses procedimentos não são os únicos utilizados pelos professores. Durante todo o ano letivo são utilizados outros tipos de instrumentos avaliativos, como por exemplo, os projetos interdisciplinares, as atividades diárias, apresentações, etc.

Os dados apresentados até o momento neste diagnóstico foram levantados através de entrevistas na escola com a equipe diretiva. No que diz respeito à aprendizagem e comportamentos dos alunos e seus conhecimentos sobre o ECA foram aplicados questionários distribuídos aos professores que lecionam no turno vespertino da Escola Municipal D. Pedro II e aleatoriamente a cada 10 alunos por turma, somando um total de 70 alunos e 12 professores que responderam os questionários. A partir da análise dos questionários aplicados percebeu-se que a maioria dos profissionais que ali atuam já ouviu falar sobre o ECA, mas nunca fizeram um estudo mais profundo e que desconhecem totalmente outras leis que promovem o bem estar de crianças e adolescentes. Esses resultados nos inquietaram enquanto professoras pesquisadoras, porém motivou as nossas capacidades em querer criar e transformar essa realidade, então passamos a estudar mais. Elaboramos estratégias bastante dinâmicas a ser sugeridas, baseadas no que nos foi ensinado e no que pesquisamos, para viabilizar o conhecimento das leis com os funcionários e alunos dessa unidade de ensino, podendo assim, transformar teoria em prática.

Quanto aos resultados dos questionários aplicados aos alunos podemos confirmar que 80% dos estudantes do turno vespertino nunca ouviram falar do ECA ou não lembram se já ouviram, 12% já ouviram, mas não sabe definir com precisão o que seja o ECA e apenas 8% já ouviram falar e souberam relacionar o ECA aos direitos das crianças e adolescentes.

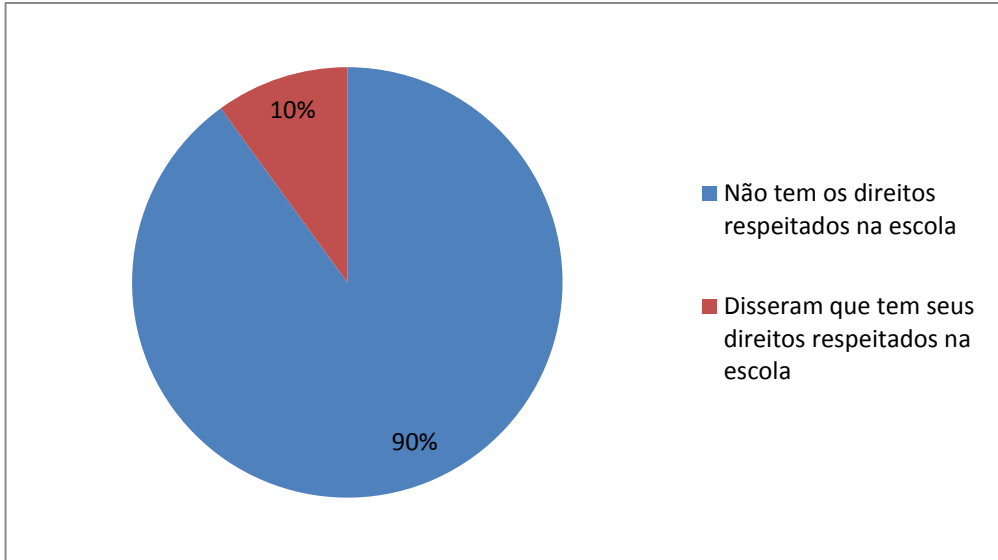
GRÁFICO 1 – CONHECIMENTO DO ECA PELOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL D PEDRO II DO TURNO VESPERTINO.



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos questionários aplicados.

Dos alunos questionados, nenhum deles tem acesso ao ECA na escola, 90% afirmam que seus direitos não são respeitados e que na maioria dos casos de violência ocorrido na escola, principalmente o bullying, são ignorados por quem deveriam resolver, porém 10% disseram que tem seus direitos respeitados na escola sim.

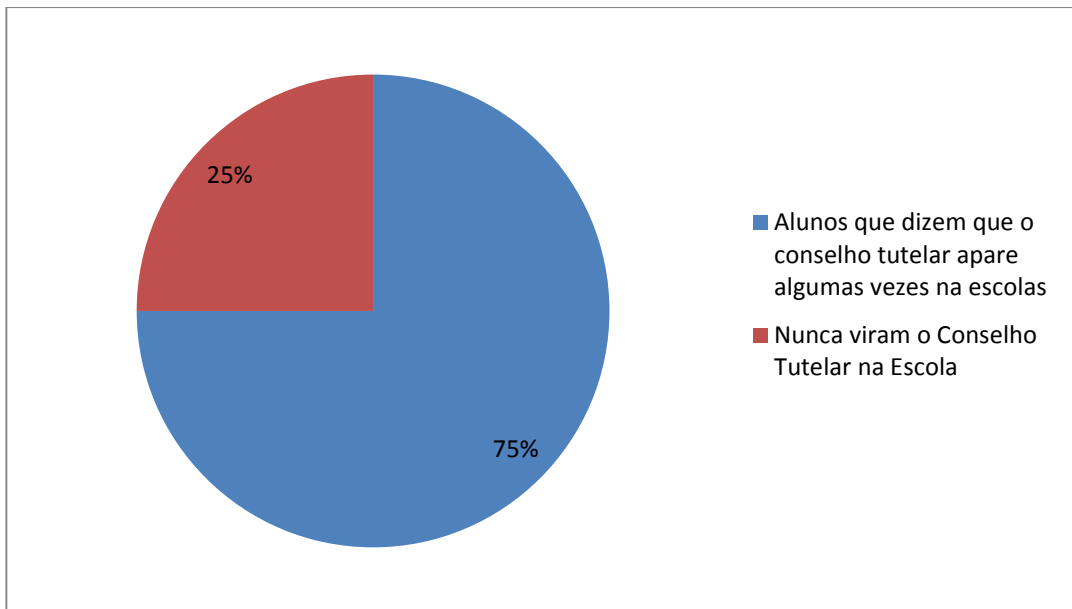
GRÁFICO 2 – DADOS DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL D. PEDRO II DO TURNO VESPERTINO QUE DIZEM NÃO TER SEUS DIREITOS RESPEITADOS NA ESCOLA.



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos questionários aplicados

Dos alunos que responderam ao questionário: 75% disseram que o Conselho Tutelar apareceu algumas vezes na escola porque foram chamados por algum funcionário, portanto 25% afirmaram que nunca viram o Conselho Tutelar na Escola.

GRAFICO 3 – ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL D. PEDRO II QUE AFIRMAM A IDA DO CONSELHO TUTELAR NA ESCOLA.



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos questionários aplicados

Apenas uma pequena parcela de alunos, a principio, demonstrou interessem em conhecer melhor o ECA, portanto questionados se gostariam de receber em sua escola

atividades lúdicas relacionada ao ECA como: cineminha, peças teatrais e palestras interativas, todos responderam que sim.

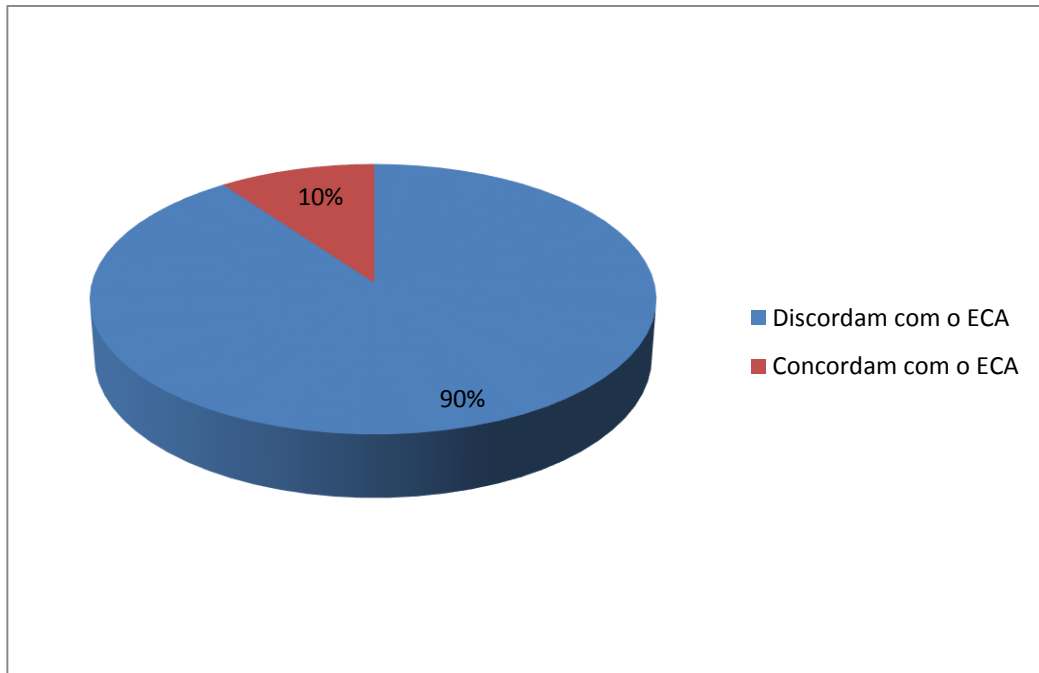
Diante desses resultados que avaliamos como negativos entre os alunos, buscamos saber dos professores que atuam no turno vespertino os porquês desses dados desestimulante e prejudicial à aprendizagem. No que diz respeito à aplicação dos questionários entre eles concluímos que: dos doze professores que responderam todos sabem da existência do ECA, que já ouviram falar, porém nunca fizeram um estudo aprofundado do mesmo. Constatamos também que a escola não possui exemplares do ECA para consulta e que nem eles mesmos possuem para uso pessoal e que nunca foram convidados a participar de cursos de formação continuada sobre o ECA, conferências e seminários que deveriam ser ofertados pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação), fatos esses que não acontecem. Eles também afirmaram que o conselho Tutelar não promove palestras sobre o tema na escola e que poderia ser de grande importância uma parceria entre o conselho e a Escola.

Questionados sobre como agem em caso de violência praticada pelos alunos todos eles afirmaram que levam o caso a equipe diretiva que se for preciso colaboram com as medidas a serem tomadas, no entanto muitas vezes a equipe se mostra omissa a resolver a situação.

Além do ECA, eles desconhecem qualquer lei que estejam relacionada aos direitos das crianças e adolescentes e quando questionados sobre a Teoria de Proteção Integral nenhum deles sabiam do assunto.

A maioria deles, um percentual de 90% dos que responderam o questionários discordam do ECA quando diz que os profissionais em Educação também são responsáveis e protetores dos adolescentes, alegando que os pais e o governo é que deve agir de maneira direta nesse sentido. Por outro lado todos estão dispostos a conhecer mais sobre o ECA e promover aulas com temas relacionado ao mesmo, e se diz abertos a propostas e a qualquer ajuda que venha melhorar a convivência escolar, essa postura é positiva e bastante promissora, um grande passo para uma futura aceitação do que diz o ECA.

GRAFICO 4 – DISCORDÂNCIA DOS PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL D. PEDRO II SOBRE O QUE DIZ O ECA.



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos questionários aplicados

Em nossa pesquisa de campo também entrevistamos três conselheiros tutelares e fizemos visitas às redes existentes no município de Laranjeiras que agem integralmente em defesa dos direitos das crianças e adolescentes entre eles: o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e o CREAS.(Centro de Referência Especializada da Assistência Social) Sendo este ultimo voltado diretamente a criança e adolescente.

1. De acordo com as informações do conselho Tutelar existem como órgãos de Proteção as crianças e os adolescentes, as seguintes instituições:

- O Ministério Público. (ultima instância a ser levado um processo contra a criança e adolescente)
- O conselho tutelar que investiga e encaminha às autoridades competentes as denúncias contra a criança e o adolescente.
- O CREAS que funciona como órgão acolhedor das crianças adolescentes que tiveram seus direitos violados, ou seja, a vítima de maus tratos negligência, violência sexual, abandono, perda de o pátrio poder e outros.
- CRAS que atende a criança em suas necessidades básicas como: cadastro social para os de baixa renda, encaminhamento a saúde quando preciso e outros.
- Abrigo Sagrado coração de Jesus- Está interligado ao CREAS

2. De acordo com o Conselho Tutelar o índice de violência de uma forma geral, ou seja, abrangendo todo o tipo de violência contra a criança e o adolescente no ano de 2014 foi

de 499 denúncias em um quantitativo anual. A conselheira disse que não tinha registrado nos seus arquivos os índices de anos anteriores, mas garante que o número citado diminuiu com relação a 2012 e 2013. As conselheiras afirmaram que fazem visitas nas escolas, conversam com os professores, pedem relatórios do comportamento e relacionamento entre professores alunos e direção. Com essa atividade tivemos um contato maior com o conselho Tutelar, visitamos a Secretária de Ação Social, fomos ao CREAS e percebemos fragilidade, despreparo e falta de estrutura na maneira como executam os trabalhos de atendimento a comunidade.

Para que exista uma aproximação entre a Rede de Proteção e a Escola essas Redes deveriam ser mais flexíveis, ou seja, deveriam trabalhar de maneira mais articulada e não de maneira isolado como ocorre, e pelo menos uma vez por semestre apresentar dados em palestras para os profissionais em educação da escola, ou seja, em vez de criar barreiras deveriam buscar parcerias e opiniões de como fazer para diminuir os índices de violências contra as crianças e os adolescentes, uma vez que, é na escola que muitas vezes podemos detectar a violência que eles sofrem.

CAPÍTULO 3: PLANO DE INTERVENÇÃO

Ao iniciarmos nosso trabalho na Escola Municipal D. Pedro II e realizarmos a pesquisa de campo através de questionários aplicados a professores e alunos, constatamos que a maioria dos profissionais que ali atuam conhecem o ECA, mas nunca fizeram o estudo do mesmo e de outras leis que promovem o bem estar de crianças e adolescentes, e por conta disso criam os seus próprios conceitos mistificando o que diz o Estatuto da Criança e Adolescente.

Constatamos também que as redes de proteção integradas agem ainda de maneira individual, ou seja, não existe parceria, principalmente com as escolas, para um trabalho mais democrático e participativo com a união de todos em favor da defesa dos direitos das crianças e adolescentes que residem no município de Laranjeiras. Esses resultados nos inquietaram, porém motivou as nossas capacidades em querer criar e transformar essa realidade.

Elaboramos estratégias bastante dinâmicas a ser sugeridas, baseadas no que nos foi ensinado e no que pesquisamos, para viabilizar o conhecimento das leis com os funcionários e alunos dessa unidade de ensino, podendo assim, transformar teoria em prática beneficiar crianças e adolescentes estudantes da Escola Municipal D. Pedro II. No entanto, a interação entre professor, aluno, pais, gestão escolar e órgãos de proteção é de grande relevância para o processo educativo.

Nesta proposta de Intervenção que tem como público-alvo, professores, alunos, enfim todos os profissionais em educação, particularmente todos os que compõem o quadro funcional do turno vespertino da Escola Municipal D. Pedro II, trazemos uma melhor visibilidade ao fazer profissional e esperamos que os passos dados através deste Plano de Intervenção, sejam contínuos após sua realização. A partir da realidade da escola levando em consideração o contexto nas suas mais variadas expressões, sendo as principais as sociais, políticas e econômicas, tentamos aqui traçar um caminho que leve os professores a compreender melhor o ECA, para que assim, eles possam conectá-lo ao projeto ético político da profissão educacional. Com isso, desejamos muito que os maiores beneficiados sejam os alunos, que são crianças e adolescentes.

Com fundamentos em Legislações importantes, (LDB, a CF e no próprio ECA) e não em base do senso comum, desenvolveremos ações no âmbito institucional junto aos professores e alunos com o intuito de levar a eles um melhor estudo do ECA e alertá-los para a importância do mesmo, não só para as crianças e adolescentes, mas também para toda a sociedade.

A intervenção para a transformação deve iniciar no ambiente escolar, onde há uma diversidade de culturas e ideias voltadas para a realidade dos educandos e toda a

comunidade escolar. Sabemos que para que esta proposta seja concretizada faz-se necessário que a escola atue de forma democrática em gestão e que envolvam toda a comunidade escolar na elaboração do Currículo Escolar e do Projeto Político Pedagógico, onde a preparação para a cidadania seja o foco principal.

Serão realizadas tais propostas de intervenção:

- 1º mês de intervenção:
 - Durante este período estaremos distribuindo exemplares do ECA aos professores que lecionam no turno vespertinos da Escola Municipal d. Pedro II, estaremos também realizando ao todo, doze visitas a Escola Municipal D. Pedro II, sendo quatro por mês durante três meses. Faremos contato direto com os professores conscientizando-os da importância de conhecer melhor o ECA e propondo a eles conhecer as redes de proteção que beneficiam crianças e adolescentes, do município de Laranjeiras. Ainda assim, estaremos sugerindo que o Estatuto da Criança e Adolescente seja inserido no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, sendo tema transversal, para que os alunos sejam informados dos seus direitos e deveres como diz o ECA.

- 2º mês de Intervenção:
 - No segundo mês apresentaremos um projeto cultural para os professores que já vão está mais conscientizados da importância do ECA e convidaremos a se juntarem conosco nesse projeto participando ativamente das atividades, mostraremos aos mesmo nossa propostas e objetivos esperando a colaboração de todos. Nosso principal objetivo é que o conhecimento do ECA chegue aos alunos envolvendo-os diretamente com o tema para que de forma lúdica se tornem conhecedores dos seus direitos e deveres . Na primeira e segunda semana estaremos apresentando na Escola, juntos com os professores, o “Cineminha ECA”, onde pediremos permissão para caracterizar uma sala de aula em uma sala de cinema, usaremos Data-show, distribuiremos pipocas e refrigerantes. Faremos sessão por turma, sendo quatro turma beneficiadas no primeiro dia e quatro no segundo dia. Na terceira semana iniciaremos com a roda de conversas debatendo com alunos e professores temas relevantes como: violência na escola, as drogas e suas complicações, gravidez na adolescência e outros onde buscaremos orientações no ECA para esses temas, entregaremos roteiros de peças teatrais para ser ensaiadas pelos alunos que os professores escolherão e auxiliarão. As peças teatrais, no total de três, serão apresentada na quarta semana.
 - E para finalizar o projeto cultural apresentaremos como proposta a Roda de conversa entre professores e alunos a respeito do ECA. .Nos comprometeremos a fazer a

mediação ou convidar especialistas como psicólogos, assistentes sociais, conselheiros tutelares e outros para mediar. O tempo será dividido em dois turnos, ou seja, em uma tarde faremos duas palestras uma para cada duas turmas, sendo um total de 4 turmas beneficiadas por tardes, precisaremos então, de 2 tardes.

- 3º mês de intervenção:

No terceiro mês serão realizadas palestras na Escola que estará aberta a comunidade. Todos os pais de alunos serão convidados a participarem juntos com seus filhos e professores. Faremos o convite a alguns especialistas que abordaram temas sugeridos, sendo um por semana durante quatro semanas entre eles, conselheiros tutelares, psicólogos, advogados, profissionais da saúde e outros.

Os Temas sugeridos para essas palestras serão:

- ✓ Medidas Sócio Educativas (Psicóloga Fátima Guimarães)
- ✓ Saúde e Sexualidade (Dr. Almir Santana)
- ✓ Normas de Prevenção e proteção (Assistente Social Clara Smit)
- ✓ ECA, o que é, para que serve e porque é tão importante (Advogada Beatriz Lima)

No entanto, a interação entre professor, aluno, pais, gestão escolar e órgãos de proteção é de grande relevância para o processo educativo, portanto, propomos as ações citadas neste capítulo com a intenção de possibilitar um conhecimento efetivo acerca do tema abordado buscando redirecionar a prática docente a partir do conhecimento do ECA apoiando novas buscas, afinal, é primordial que estejamos sempre pesquisando a melhor forma de transformação de desenvolver nossas atividades, uma vez que estejamos em constantes processos de aprendizagem. Esperamos que a nossa contribuição, possa colaborar para o ECA torne-se conhecido pelo publico que escolhemos, os professores e principalmente os alunos do turno vespertino, da Escola Municipal D. Pedro II. Essa Legislação voltada aos nossos jovens precisa ser legitimada pela sociedade brasileira para que a partir de então, essa mesma sociedade possa sair do senso comum libertando-se de resquícios do passado onde a criança era vista apenas como objeto de medidas jurídicas, e não como cidadãos de Direitos. Estamos aqui, começando a fazer a nossa parte.

Tabela 1 - Ações do Plano de Intervenção

CRONOGRAMA DE AÇÕES DO PLANO DE INTERVENÇÃO		
1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS
Conscientizar os professores da importância do ECA na escola. Sendo um dia a cada semana no período de quatro semanas com duração de 1h por dia totalizando 4h mensal.	Execução de tarefas lúdicas com o objetivo de inserir a prática do ECA na escola, envolvendo direta e indiretamente professores e alunos. Com duração de quatro semanas, sendo um dia na semana durante 4h por dia. Totalizando 16h mensal.	Abertura do ciclo de Palestras sobre a importância do ECA na escola e comunidade com objetivo de conscientizar a todos os pais e educadores da Escola Municipal D. Pedro II, suas responsabilidades na garantia dos direitos e deveres as crianças e adolescentes. Com duração de quatro semanas sendo um dia na semana durante 2h a cada dia. Totalizando 8h mensal

Ao final da nossa Intervenção esperamos que os professores do turno vespertino da Escola Municipal D. Pedro II estejam mais conscientes da importância do ECA e que em suas práticas docentes possam desmistificar conceitos preconceituosos e errôneo sobre o Estatuto da Criança e Adolescente, facilitando e melhorando o relacionamento aluno-escola, beneficiando a todos principalmente crianças e adolescentes. Esperamos também, que os alunos se tornem conhecedores dos seus direitos e sobre tudo dos seus deveres. Que, no entanto esse plano de intervenção sirva como ponte de ligação para uma parceria entre Escola, redes integradas no combate à violência contra criança e adolescentes e comunidade. Desejamos que nosso projeto se expanda e que chegue também a outras escolas para que o ECA torne-se mais conhecido e seja mais praticado para que crianças e adolescentes possam ter garantido mais dignidade na sua formação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda aprendizagem consiste na formação e restauração do comportamento do ser humano, mediante a sua experiência e seu nível de maturidade. Então, precisamos compreender que a escola não é somente transmissora de conhecimento, de um saber ou até mesmo de uma conduta, mas, sobretudo, uma iniciação à vida.

A falta de conhecimento leva grande parte das famílias à submissão de atos de violência e agressões no ambiente escolar, tendo assim a omissão por não saber dá o encaminhamento correto a cada caso, enfim as crianças e adolescentes são os mais prejudicados psicologicamente.

O educador ao se deparar com uma situação conflitante em seu cotidiano, como: brigas, discussões e etc. Faz-se necessário um conhecimento teórico do Estatuto da Criança e do Adolescente como suporte na proteção desse público e também desmistificar conceitos errôneos a respeito das leis que o regem.

O direito a educação é um direito humano fundamental como a vida, a liberdade, a igualdade. Cabe ao Estado, à sociedade implementar ações que viabilizem as intenções previstas em lei.

A educação desses discentes obriga aos educadores a focalizar sua ação pedagógica no presente, enfrentando de forma mais radical a problemática envolvida na combinação entre formação geral e profissional, entre teoria e prática universalismo e contextualização e etc.

Partindo desses princípios, percebemos que a proposta de desenvolver estratégias para tornar o ECA conhecido no ambiente escolar e, para tentar resolver uma problemática que persiste há vários anos na escola em foco, é necessário que se use todos os recursos, e seja melhorado o ensino para as crianças.

A crítica ao atual sistema de educação para inserção do ECA no ambiente escolar é bastante positiva, pois através da inquietação e solicitação deste documento na escola contribuirá para o aprimoramento da prática, como também na solução de problemas que possam surgir diariamente no ambiente escolar. Indica também, como, em parte a produção de significado e do saber é determinada por relações mais amplas do poder. Por tudo já escrito, percebemos que o problema de muitos educadores e alunos não ter o conhecimento específico do Estatuto da Criança e do Adolescente, não é um problema estritamente pedagógico, nem metodológico, mas político, pois ficou explícito a pouca atenção que os municípios destinam à resolução dessa problemática, na verdade, é notável a ausência de um projeto definido, como desmistificação procurando amenizar essa realidade.

Mas acima de tudo, para esse público-alvo, conhecer seus direitos e deveres é importante, porém necessitam perceber a necessidade de mais um outro aprendizado: os de “escrever” a sua vida e o de “ler” a sua realidade, o que não será possível se não tomam a história nas mãos.

Diante de tudo isso, permanece a esperança de que através da educação possamos nos tornar cidadãos conscientes, e assim, capazes de reivindicar nosso direito de cidadãos, diminuindo assim as distorções sociais que assola nossa sociedade. A escola como parte integrante dessa sociedade, também busca respostas para o processo do conhecimento, sobretudo a desmistificação de conceitos para viabilizar a convivência escolar através do Estatuto da Criança e do Adolescente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEGA, Maria. **Prefácio**. In: Por uma escola que protege: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. SILVA, Paulo (Org.); LOPES, Jandicleide (Org.) CARVALHO, Ariane (Org.). Ponta Grossa: editora UEPG, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Conselho escolar, gestão democrática da Educação e escolha do diretor**. MEC, SEB, Brasília 2004.

BRASIL. **Direitos humanos de crianças e adolescentes – 20 anos do Estatuto**. Secretaria de Direitos Humanos, Brasília. 2010

BRASIL, **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Atualizada em 25/10/2012, 7. Ed. Brasília, 2012, 44 p.

BRASIL. **ECA: Estatuto da Criança e Adolescente; lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estabelece os direitos das crianças e adolescentes. Atualizada em 2010. Brasília, 2010.

BRASIL. **CF: Constituição da Republica Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988, Brasília, 1988.

BRASIL.República Federativa. Ministério da Educação. Ministério da Justiça.Secretaria Especial dos Direitos Humanos**Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2006.

GARCIA, Margarita Bosch. Um Sistema de Garantia de Direitos – Fundamentação (A). **In: Sistema de garantia de direitos**. Um caminho para a proteção integral. Recife: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social/ CENDHEC, 1999, p. 93 - 110.

GENTLE, Ivanilda Matias; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZANAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Organizadoras) **ECA, 20 ANOS**. EDITORA UNIVERSITÁRIA DA UFPB.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Universidade de Brasília, Brasília 2007.

<https://www.achetudoeregiao.com.br/se/laranjeiras/historia.htm> (acessado em 21/03/2016 às 20:43).

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/noticias.html?idEdicao=9&idCategoria=8> (acesso em 21/03/2016 às 22:06)

LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao estatuto da Criança e do Adolescente. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A lenta construção dos direitos da criança brasileira - Século XX**.In: Biblioteca Virtualde Direitos Humanos, Universidade de São Paulo USP, Revista USP (Dossiê Direitos Humanos no Limiar do Século XXI): 37: Mar- Abr- Mai: 1998: 46 – 57. <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Obras-recentemente-publicadas/a-lenta->

construcao-dos-direitos-da-crianca-brasileira-seculo-xx-1998.html. Acesso em outubro de 2015

SOARES, Juliane Borges . A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: uma breve reflexão histórica, Ministério Público. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/>. Acesso em: 23 março 2016.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. A doutrina da proteção integral e os Princípios Norteadores do Direito da Infância e Juventude. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 94, nov 2011. http://www.ambito-juridico.com.br/site/?nlink=revista_artigos_leitura&revista_caderno=12 Acesso em out 2015.

<http://www.promenino.org.br/noticias/especiais/mario-volpi-ressalta-a-importancia-do-eca-na-escola> (acessado em 21/03/2016 às 21:06).

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
Curso de Especialização em Direitos Infanto-
Ambiente Escolar (Escola que Protege)



Juvenis no

QUESTIONÁRIO

A ser aplicado, como amostragem, a um determinado número de alunos do ensino fundamental maior da ESCOLA MUNICIPAL D. PEDRO II

1- Você conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente?

- a) Não.
- b) Sim.
- c) Nunca ouvi falar.
- d) Já ouvi falar.

2- Algum dos seus professores já falou para você sobre o ECA? (Estatuto da Criança e do Adolescente)

- a) Não lembro.
- b) Sim.
- c) Não.
- d) Sim, meus professores sempre falam sobre o ECA.

3- Você já leu na biblioteca da sua escola algum livro que fala sobre o ECA?

- a) Não.
- b) Sim.
- c) Não, na Escola não tem biblioteca.

d) Na biblioteca da Escola tem livros que fala sobre o ECA, mas nunca li.

4- O ECA diz que todos os direitos das crianças e dos adolescentes devem ser respeitados e garantidos pela família, pela sociedade e pelo governo. Você ver isso acontecer.

a) Sim.

b) Não.

c) Acontece, mas ainda precisa melhorar muito.

d) Não acontece e nem vai acontecer.

5- Na Escola D. Pedro II seus direitos são respeitados?

a) Sim.

b) Não.

c) Sempre.

d) Um pouco.

6- Na Escola Municipal D. Pedro II quem deve garanti os direitos dos alunos?

a) A diretora

b) Os professores porque passamos mais tempo com eles.

c) Todos os profissionais da Escola.

d) Nós mesmos, os alunos, porque sabemos quais são os nossos direitos.

7- O Conselho Tutelar é o órgão encarregado de zelar pelos direitos das crianças e adolescentes. As pessoas que trabalham no Conselho Tutelar da cidade em que você mora já fez alguma visita a Escola Municipal D. Pedro II?

a) Sim.

b) Não.

c) Elas aparecem quando são chamadas por algum funcionário da escola.

d) Não sei.

8-Você já presenciou alguma situação conflitante entre alunos (briga com agressão física, roubo)? Como essa situação foi resolvida?

- a) A direção da Escola deu suspensão aos alunos envolvidos e mandou chamar os responsáveis.
- b) O professor conversou com os alunos e aconselhou que não se repetisse a situação.
- c) A direção da escola reuniu os pais dos alunos envolvidos, o professor que viu a confusão, o Conselho Tutelar e os alunos envolvidos para todos juntos tomar uma decisão correta.
- d) Já vi, e quem trabalha na Escola não fez nada para resolver a situação.
- e) O professor saiu da sala e deixou a confusão acontecendo.

9- Você tem interesse em conhecer mais sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e de outras leis que garante seus direitos?

- a) Sim
- b) Não.
- c) Não. Já conheço suficiente os meus direitos.
- d) Sim, preciso saber mais sobre aqueles que têm que me proteger.

10- Você gostaria que a sua Escola Municipal D. Pedro II, recebessem a visita de grupos teatrais, palestrantes, que tivesse sessão de cinema sobre temas que falam sobre os direitos das crianças e adolescentes e ainda que a Escola ofertasse cartilhas ilustrativas sobre o ECA?

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Sim, seria muito importante para nós.
- d) Não, não acho interessante.
- e) Na Escola tudo isso já acontece

Obrigada por responder este questionário! Sua participação é muito importante para nós.

QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no
Ambiente Escolar(Escola que Protege)



QUESTIONÁRIO

**A ser aplicado aos professores do ensino fundamental maior, do turno vespertino da
ESCOLA MUNICIPAL D. PEDRO II.**

1- O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é conhecido pelos profissionais deste estabelecimento de ensino através ações realizada no mesmo como:

- a) Cursos de formação continuada.
- b) Oficinas pedagógicas.
- c) Estimulo a pesquisa na internet da escola.
- d) Desconheço qualquer medida praticada na escola em relação ao assunto.
- e) Outros

Obs.: Se a alternativa for “e”, por favor, citar quais são os outros meios para o conhecimento do Eca na Escola.

Outros _____

2- Existem exemplares do ECA ou de algumas outras leis que garantam os direitos infanto-juvenis na biblioteca da Escola?

- a) Sim, há um número suficiente para todos profissionais.
- b) Sim, existe um número razoável que atende a demanda.
- c) Desconheço a existências de exemplares como esses.
- d) Não, não temos na escola exemplares do ECA, nem nada parecido.

e) A escola não tem biblioteca.

3- Como a Secretária da Educação do Município colabora para que os profissionais dessa unidade de ensino se torne conhecedores da importância do ECA na escola?

a) Promovendo anualmente cursos de formação continuada sobre o ECA.

b) Em parceria com o Conselho Tutelar, promovem palestras sobre o ECA.

c) Realizando congressos e conferências sobre o ECA envolvendo todas as escolas.

d) Desconheço qualquer interesse por parte da secretaria da Educação Municipal sobre isso.

e) Outros

Obs.: Se a alternativa for “e”, por favor, citar quais são os outros meios de colaboração.

Outros _____

4- Em casos extremos de violências (agressão física) ocorridos em sua aula pelos alunos, que providência você como profissional de Educação toma?

a) Aconselho os alunos envolvidos para que não cometam novamente o ato.

b) Levo o caso à equipe diretiva e peço que tome as devidas providências dando minha colaboração se for preciso.

c) Saio da sala e deixo que os alunos resolvam a situação.

d) Procuo não se envolver temendo ser ferido por um deles.

e) Outros

Obs.: Se a alternativa for “e”, por favor, citar quais são os outros meios para o conhecimento do Eca na Escola.

Outros _____

5-De acordo com o caso citado na questão 4, como age a equipe diretiva da escola seguindo o que diz o ECA?

a) Aplica suspensão aos alunos infratores por alguns dias e chama os pais dos envolvidos.

b) Leva o caso direto ao conselho tutelar.

c) Reuni alunos infratores, pais e conselho tutelar para chegarem a uma solução coerente.

- d) A Equipe é totalmente omissa a situação.
- e) A Equipe é parcialmente omissa a situação.

6- “A teoria de proteção integral parte da compreensão de que as normas que cuidam de crianças e de adolescentes devem concebê-los como cidadãos plenos, porém sujeitos à proteção prioritária, tendo em vista que são pessoas em desenvolvimento físico, psicológico e moral.”(Dr. Wirlande da Luz Presidente do CRM-RR).Na Escola D. Pedro II, escola na qual você trabalha a criança e o adolescente é visto dessa maneira?

- a) Não, porque desconheço essa teoria.
- b) Sim, nossos alunos são vistos como sujeitos de direitos em todos os sentidos.
- c) Não, porque precisamos primeiro ter um conhecimento mais amplo sobre o ECA.
- d) Sim, porque são respeitados seus direitos no espaço escolar, desde boa merenda, espaço físico adequado para o estudo e bem equipado, garantindo uma Educação de qualidade.

7-“O ECA quando define os crimes em espécie e as infrações administrativas exige, de todos os profissionais, consciência dos direitos das crianças e dos adolescentes. Principalmente dos EDUCADORES, cujas responsabilidades frente a estas pessoas especiais podem permitir o questionamento das atitudes dos próprios pais ou responsáveis.” (Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul) Como você ver essa afirmativa?

- a) Um absurdo, uma vez que os únicos responsáveis devem ser os pais.
- b) Concordo, porque por convívio diário com crianças e adolescentes devemos está ciente da doutrina de proteção integral e cumprir com o nosso dever em protegê-los quando preciso.
- c) Discordo, e acredito que a responsabilidade deve ser do Governo e dos pais, estes últimos devem cobrar aos governantes pelos seus direitos de cidadãos pagadores de impostos.
- d) Concordo e estou ciente da minha obrigação e dever em proteger meus alunos.
- e) Discordo, porque o professor já tem muitas atribuições, além de ser mal remunerados.

8- Como você julga o seu conhecimento sobre o ECA?

- a) Considero fraco e estou ciente que preciso ampliar meus conhecimentos a respeito do ECA.
- b) Considero razoável, e tenho interesse em ampliar os meus conhecimentos sobre o ECA.

- c) Considero bom, porém pretendo ampliá-lo.
- d) Considero ótimo, e não tenho interesse de ampliá-lo.
- e) Considero ótimo, e tenho interesse de ampliá-lo.

9- O que diz o PPP (Projeto Político Pedagógico) da sua escola a respeito do ECA?

- a) Desconheço a existência de um PPP na escola.
- b) Não sei, não participei da elaboração.
- c) Destaca a importância do ECA no trabalho diário do professor.
- d) Da ênfase a proteção da criança e adolescente como manda o ECA.
- e) Tem PPP, mas em momento algum cita o ECA ou parte dele.

10- Seria interessante passar a conhecer melhor o ECA em sua Escola através de estratégias sugeridas por terceiros?

- a) Sim, isso desmistificaria alguns conceitos errôneos.
- b) Não, a escola já tem recursos suficientes e os profissionais estão bem informados.
- c) Sim, facilitaria a convivência professor-aluno-escola-comunidade-direção.
- d) Não, a Secretaria Municipal de Educação já faz esse trabalho em parceria com a escola.

Obrigada!

ANEXOS



ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAL DA REDE DE PROTEÇÃO

I – IDENTIFICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> Idade: Sexo: Curso de formação em nível superior: Ano de formação: Universidade de formação: Nível de formação? Graduação, Especialização, Mestrado...
II – FORMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> Por que escolheu essa profissão? Você teve outras opções? Em algum momento pensou em trabalhar com crianças e adolescentes? Como?
III – ATUAÇÃO PROFISSIONAL
<ul style="list-style-type: none"> Como foi o início da carreira, quais foram as principais dificuldades/surpresas? Para a sua atuação profissional, o que a graduação não o ensinou? Sobre o envolvimento de criança e adolescentes em seu trabalho, quais as principais demandas/ocorrências? Sobre a questão da violência sofrida por crianças e adolescentes, qual/quais tipo/tipos são frequentemente vivenciados/denunciados/constatado? Quais os procedimentos utilizados para os registros de casos de violência desde o momento da denúncia? E, como quais os encaminhamentos adotados para a resolução dos casos de violência (acompanhamento, denúncias)? Qual o seu papel enquanto proteção, garantia e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes? Como você define seus objetivos profissionais frente às questões impostas? Quais os instrumentos mais utilizados na intervenção das questões referentes às crianças e adolescentes? Como você identifica os resultados de seu trabalho neste campo de atuação? Como você sistematiza os dados e informações da realidade na qual você atua? Qual a contribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA na intervenção das questões relacionadas às crianças e adolescentes?
IV – PERSPECTIVAS E PROJETOS
<ul style="list-style-type: none"> Você desenvolve ou desenvolveu algum projeto que envolva crianças e adolescentes? Sobre qual temática? Como é ou foi o desenvolvimento desta atividade? Sobre as questões que envolvem crianças e adolescentes, quais suas perspectivas, reflexões e idealizações?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar
(Escola que Protege)



ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

<p>I – A ESCOLA</p> <p>Localização (cidade, centro, interior, povoado); Estrutura (reformada ou não, quantas salas de aula, espaços para recreação); Níveis de Ensino ofertados e os turnos Quantidade de alunos Quantidade de professores (quadro completo ou falta de professor?);</p>
<p>II – CONTEXTO ESCOLAR</p> <p>Relação professor-aluno (como se comportam, como interagem, conversam, brigam, gritam?); Relação aluno e diretoria/secretaria/equipe pedagógica (como se relacionam?); Iteração entre os alunos na escola (durante as aulas e durante o(s) intervalo(s)); Merenda escolar (a escola oferece, o que?, como? em que turnos?); Biblioteca (Possui? É utilizada? Aberta? Fechada?); Sala de vídeo (ou multimídia) (Possui? Como é utilizada?); Grêmios escolares (Possui? Existe sala para o grêmio? É atuante?).</p>
<p>III – ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA</p> <p>Organização e utilização do espaço escolar; Utilização de textos e livros didáticos (Possui livro didático para todos os alunos em todas as disciplinas?); Realização de projetos (Desenvolve projetos? Quais? Todos os anos?); PPP (Existe? É utilizado? Está atualizado? Os professores têm conhecimento?); Currículo Escolar (Existe? Está atualizado? Os professores ajudaram a construir? Os professores têm conhecimento?); Regimento Escolar (Existe? Está atualizado? Os professores ajudaram a construir? Os professores têm conhecimento?); Conselho escolar (Existe? É atuante? Quem participa? Como funciona?); Como é elaborado o Calendário Escolar? Como é organizado o HTPC(Horário de Trabalho Pedagógico) e Reuniões Pedagógicas? Como são elaborados os Planos de Ensino? Existem projetos interdisciplinares? Quais são os procedimentos pertinentes à avaliação e à recuperação de alunos? Quais são os assuntos abordados nas reuniões de pais? Há estratégias para garantir as informações sobre aprendizagem dos alunos?</p>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA
REDE NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
ESCOLA QUE PROTEGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro responsável, gostaríamos de obter o seu consentimento para a realização da pesquisa CONHECIMENTO DO ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) PELOS PROFESSORES E ALUNOS. Trata-se do Plano de Intervenção Educacional ECA: COMO DESMISTIFICAR CONCEITO PARA VIBIALIZAR A CONVIVENCIA ESCOLAR, que será realizado na "ESCOLA MUNICIPAL D. PEDRO II, vinculado a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Centro de Educação Superior à Distância CESAD. Pretende-se levantar dados sobre conhecimento e prática do ECA na escola. Os pesquisadores responsáveis pelo projeto, Carleide dos Santos Cruz e Eline Costa Macedo Lima sob orientação da profa. Doutora Alessandra Barbosa Bispo, pede autorização para realizar uma Entrevista com alunos e professores do turno vespertino com dados relevantes sobre esse assunto.

Os nomes dos alunos e professores não serão utilizados em qualquer fase da pesquisa, o que garante os seus anonimatos, a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificá-los, Nenhum deles serão obrigado a participar da pesquisa, somente se assim quiserem. Não será cobrado nada, também não haverá taxas, nem indenizações ou ressarcimentos, bem como haverá qualquer vantagem ou remuneração. Se o Senhor(a) concordar em conceder esse levantamento de dados, as informações prestadas serão de grande utilidade para traçar um quadro sobre a realidade do sistema educacional na cidade de Laranjeiras, como na Rede Municipal de Educação.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, sem identificação, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação ou esclarecimento de qualquer dúvida relacionada a presente pesquisa, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com as pesquisadoras pelos telefones: (79) 99654 - 8828/98808 - 6843 ou pelos e-mail: carleidecruz@bol.com.br ou nineviver@hotmail.com

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, Djalmir de Araújo, Secretário da ESCOLA MUNICIPAL D. PEDRO II, fui informado (a) sobre o que as pesquisadoras querem fazer e os objetivos da pesquisa, bem como a forma de participação dos professores e alunos do turno vespertino desta unidade de ensino.

Eu li e compreendi esse termo de consentimento, portanto concordo em dar o meu consentimento na participação dos alunos e professores do turno vespertino da Escola Municipal D. Pedro II na pesquisa, sem dúvidas, sabendo que não vamos ganhar nada e que teremos a nossa identidade resguardada. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinado, que vou guardar.

Djalmir de Araújo

(Assinatura do responsável)

Djalmir de Araújo
Secretário
Port.: n.º 00627/2013

Outubro, 9 de Novembro de 2015
Sergipe

(Pesquisador/a)

(Pesquisador/a)

Foto 01- Fachada da Escola Municipal D. Pedro II



Fonte: Acervo das Autoras.

Foto 02 – Quadra de esporte da Escola Municipal D. Pedro II



Fonte: Acervo das Autoras.

Foto 03 – Banheiros da Escola Municipal D. Pedro II



Fonte: Acervo das Autoras.

Foto 04 – Sala de aula vista de dentro da Escola Municipal D. Pedro II



Fonte: Acervo das Autoras.

Foto 05 – Pátio da Escola Municipal D. Pedro II



Fonte: Acervo das Autoras.

Foto 08 – Espaço físico onde é servida a merenda da E. M. D. Pedro II



Fonte: Acervo das Autoras.

- Sinopses dos filmes que apresentaremos:

1- Bullying - Provocações Sem Limites

Duração: 90 minutos.

Jordi é um garoto de 15 anos que recentemente perdeu o pai e, juntamente com sua mãe, decide mudar sua cidade para começar uma nova vida. E no princípio tudo parecia ir bem. Mas o destino vai reservar um choque, porque quando Jordi ultrapassar o limiar do novo instituto, que retoma, sem saber o transfronteiras escuro do inferno em si. E ele te convida para entrar, com um sorriso de refrigeração, é Nacho, um colega de classe, que apesar de sua idade agora pertence à raça dos que são alimentadas só o medo ea dor dos outros.

Elenco de Bullying - Provocações Sem Limites; Albert CarbóJordi; Albert Ruiz Entrenador; CarlesPunyet Médico de Urgencias; Daniel Casadellà Joan; David Ondategui David e outros

2- Nenhum a Menos

Duração: 1:46 min

Quando o professor da escola primária de uma pequena aldeia rural em Shuiquan tem que se afastar do trabalho por um mês, a única pessoa que pode substituí-lo é Wei (WeiMinzhi), uma tímida jovem de 13 anos sem experiência alguma na arte de lecionar. Ela recebe a restrita ordem de que deve manter todos os alunos na escola e não deixar nenhum partir. Teimosa, ela fará de tudo para cumprir o plano, algo prova ser mais difícil do que parece quando o pequeno Zhang (Zhang Huike) é obrigado a deixar a aldeia e ir para cidade a fim de arrumar um trabalho. Contando com o apoio de seus alunos, a determinada professora vai a pé atrás de seu aluno perdido e não vai desistir até trazê-lo de volta.

Elenco: WeiMinzhi,;Zhang Huike; TianZhenda; Gao Enman; Sun Zhimei.

3- Prova de Fogo – Uma história de Vida.

Duração: 1:12 min

Professor muda a vida de uma menina de 11 anos quando começa a treiná-la para o desconhecido caminho dos concursos de soletração. Com sua ajuda Akeelah vai descobrindo possibilidades, desenvolvendo capacidades e influenciando os que estão à sua volta com sua coragem e determinação. Akkelah Anderson (Keke Palmer), um garota que mora no sul de Los Angeles, descobre que tem talento com as palavras. Ela decide entrar em um curso de soletrar palavras para participar do NationalSpelling Bee, a mais importante e famosa competição do gênero no mundo.

Elenco: AngelaBassett; Curtis Armstrong; Keke Palmer; Laurence Fishburne

O filme *Bullying – Provoações sem Limites* será destinado ao 9º e 8º anos por se tratar de uma história dramática que requer um público com mais maturidade para melhor entendimento, porém pode ser assistido por todos os alunos da Escola em uma outra ocasião, caso os professores assim desejarem, por trazer em seu contexto um tema tão relevante “o Bullying” que é tão comum no dia a dia escolar. Já o segundo filme, *Nenhum a menos* terá como alvo alunos dos 6º anos para que percebam a importância de estudar de ir à escola, valendo lembrar que o maior número de evasão escolar encontra-se nessas turmas, segundo o secretário da escola, mesmo diante das dificuldades, que eles percebem que lugar de aluno é na escola. Em *Prova de Fogo – Uma História de Vida*, o nosso objetivo é mostrar aos alunos que eles são capazes de ir além quando se tem firme a vontade de estudar, que independente de classe social, econômica, cor de pele e outros fatores eles podem vencer preconceitos e barreiras que impeçam de ter um futuro melhor e estudar é o caminho, esse será destinado aos 7ºanos. Ao final de cada filme faremos uma breve explicação do tema abordado no filme relacionando ao ECA, como por exemplo, Escola para todos, permanência na Escola, e punições para quem pratica o Bullying.

No que diz respeito as Peças Teatrais, vamos sugerir aos professores que usem temas relevantes como: Drogas, Bullying, Gravidez na Adolescência e outros. Indicaremos peças como as relacionadas abaixo dos autores:EdiênioFarias e Diogo Oliveira Paula.

1- Drogas Estou Fora

Personagens:

Três adolescentes farão os papéis de:

- 1) droga,
- 2) cigarro

3) bebida alcoólica.

Outro fará o papel do dono da casa -Eduardo,um menino pobre, que resiste bravamente às tentações.

Época:presente.

Cenário:sala da casa de Eduardo.

Roteiro:

Primeiro os dois narradores fazem a preleção, dramatizando o texto Narradores 1 e 2. Retiram-se do palco e tem início a peça.

CENA 1

Jovem I, no papel da Droga, chega batendo na porta bem forte com um pacotinho na mão:toc... toc... toc...

(Eduardo de dentro da sala vai caminhando até a porta)

EDUARDO: _Quem bate?

JOVEM 1: _Sou eu, a Droga !

EDUARDO: _droga? Pra que droga? Não! Vá embora! Não quero te conhecer, muito menos experimentar!

JOVEM 1: _ Abra só um pouquinho! Sou eu que vou cruzar seu caminho. Causo câncer, deixo o cara fraquinho!

CENA II

Logo chega o jovem 2, no papel de Cigarro. Com um cigarro na boca e outro na orelha , vai bater na porta. Mas antes dá um toque na mão da Droga, que sai de cena gingando o corpo.

JOVEM 2: Toc... Toc... Toc...

EDUARDO: _Quem bate?

JOVEM 2: _Sou eu o Cigarro!

EDUARDO _Cigarro? Pra que cigarro? Você é bem fedido! Além de ruim, é claro !

(jovem 2, bem nervoso e esmurrando a porta), grita:

-Abraaa! Preciso destruir seus dentes! Cegar você até ter que usar lentes. Secar e destruir seu bom coração, totalmente!

EDUARDO: _Nunca! Acha que sou louco! Vá embora, para sempre !

(jovem dois abaixa a cabeça e sai de fininho).

CENA III

Jovem 3 (uma menina no papel da Bebida Alcoólica). Chega com uma garrafa de bebida na mão (coloque água), toda esfarrapada e bêbada. Bate na porta:toc... toc ... toc...

EDUARDO: _Quem bate?

JOVEM 3: _Sou a Bebida Alcoólica!

EDUARDO: _Bebida Alcoólica? Pra que bebida alcoólica? Não! Vá embora! Prefiro dizer:estou fora!

JOVEM 3: _Abra! Preciso ver você caído nas ruas, sem nenhum abrigo, sujo, esfarrapado e sem saída!

EDUARDO: _Pode cair fora! Sou forte. Tenho sorte. Já tenho prazer! Sei o que fazer pra ficar longe de você! Na minha vida feliz prefiro rezar, estudar, ler, comer, dançar, ir ao cinema e ver TV. Sou forte, pode crer!

(A bebida alcoólica sai cambaleando e vai embora resmungando. Eduardo dá um suspiro bem profundo e cai na cadeira aliviado).

EDUARDO: _ Imagine só se vou abrir as portas de minha vida para essas três tentações! Resistirei sempre!

(Abre a palma da mão e mostra para o público). Retira-se do palco. Fim.

Fonte: EdiênioFarias.Recanto das Letras, 2006.

2- BULLYING NA ESCOLA? ESTOU FORA!

Cenário: sala de aula

Personagens:

Gabi: aluna nova

Roberta: líder das patricinhas

Fernanda: patricinha

Patrícia: patricinha

Guilherme: menino tímido

Professora

Alunos: figurantes

(mesa do professor, cadeiras enfileiradas, formando uma sala de aula)

Gabi: Uaaau! Que escola maneieiríssima! Estou animadíssima para arranjar novas amizades!

(Entra a turma fazendo baderna, guerra de bolinhas e aviõezinhos de papel)

Gabi: Uaaau! Essa galera é show! Vou curtir pacas! (cochichando)

(Entra a professora e todos se silenciam)

Professora: Olá, turma!

Todos: Olá, professora!

Professora: Quero que vocês conheçam a Gabriela, a aluna nova da turma!

Gabi: (levantando-se) Olá para todos, galera! Podem me chamar de Gabi!

Professora: Seja bem-vinda Gabi!

Gabi: Bigadinha, fessora! (toda sorridente e animada)

Professora: Espero que todos os alunos tratem muito bem a nossa aluna nova.

Certo, turma?

Todos: Certo!

Professora: Bem, hoje a aula é sobre verbo! Copiem o dever do quadro!

Gabi: Ai, que lindo! Estou tão feliz com a nova escola! Tantos gatinhos na sala!

Aquelas meninas ali devem ser super legais! Vou logo me enturmar com elas!

Gabi: (virando-se para conversar com Roberta, Fernanda e Patrícia) Oi, gente!

Qual é o nome de vocês?

Fernanda: Eu sou a Fernanda (com desinteresse)

Patrícia: Sou a Patrícia (com cinismo)

Roberta: E eu sou a Roberta, líder do grupo Bad Girls (intimidando).

Todas: Hahaha! (todas acham graça)

Gabi: De que vocês estão rindo? Qual a piada? Também quero rir!

Fernanda: A piada é você! (rindo)

Gabi: Eu? Como assim?

Patrícia: É você mesmo! Veja só essas marias-chiquinhas!

Fernanda: Muito cafona! Hahaha!

Roberta: Que coisa mais infantil! Cresça, garota!

(Gabi fica assustada e se volta para o seu dever toda tristonha)

Gabi: Ai! Meu primeiro dia de aula! Não fiz nenhuma amizade!

(Chega Guilherme e se senta perto dela)

Guilherme: Olá... Gabi! (tímido) Eu... sou... o Guilherme!

Gabi: Oi... Guilherme!

(os dois ficam parados um olhando para o outro num maior silêncio)

Guilherme: Tchau!

Gabi: Tchauzinho! Ai, eu preciso fazer alguma coisa para entrar no grupo da Roberta! Já sei! Vou tirar as marias-chiquinhas do meu cabelo! Assim, elas vão me aceitar numa boa no grupo delas! (e tira os acessórios do cabelo)

(Ela retorna sua atenção para as patricinhas)

Gabi: Pronto, gente! Mudei meu visual, vejam! Agora eu posso entrar no grupo de vocês, certo?

Roberta: Olha você pode entrar sim no nosso grupo...

Gabi: Oba!

Roberta: Mas da cintura para baixo!

Fernanda e Patrícia: Hahahaha!

Gabi: Como assim? Não entendi!

Roberta: Caia na real, garota! Veja o seu tamanho?

Fernanda: Baixinha!

Patrícia: Tampinha!

Roberta: Anã!

Todas: Hahahaha!

Patrícia: Você jamais vai entrar no nosso grupo!

Roberta: Calma, Patrícia! Vamos dar uma chance para ela entrar no nosso grupo! (tramando)

Gabi: Mesmo? Aí, gente, Bigada!

Fernanda: Chance?

Patrícia: Essa aí, no nosso grupo? Fala sério, Roberta!

Roberta: Calma, meninas! É o seguinte: você terá que beijar um menino da sala.

Gabi: Beijar?

Patrícia: Não me diga que você nunca beijou um menino?

Gabi: Eu? Não... é... digo... Não assim...

Fernanda: Assim como?

Gabi: Assim, sem saber quem.

Roberta: Mas você sabe quem é ele! É um gatinho (rindo).

Gabi: Quem?

Roberta: O Guilherme!

Patrícia: O menino BV! Hahaha!

Fernanda: Hahaha!

Gabi: Ai, gente! Eu... não posso fazer isso...

Roberta: Não tem essa, Gabi! Já vou chamar o Guilherme.

Gabi: Não, espere!

Roberta: Guilherme! Venha aqui, a Gabi quer te fazer uma perguntinha! (o Guilherme se aproxima)

Guilherme: Você que falar comigo, Gabi?

Gabi: É que... eu... não... é.. quer dizer... eu... você sabe!

Guilherme: Como assim?

Gabi: Eu quero que você... e eu... digo.... você.. me ajude a fazer o dever. Você me ajuda?

Guilherme: Claro!

Roberta: Gente, escutem essa! A Gabi e o Guilherme ainda são BVs!

Todos: (gritam) BV! BV! BV! BV!

Professora: Silêncio, turma!

(a turma se silencia)

Professora: Roberta, Fernanda e Patrícia! Já terminaram de copiar o dever do quadro?

Roberta: Estamos terminando, professora!

(Gabi e Guilherme retornam aos deveres, cada um na sua carteira)

(O sinal toca, todos saem para o intervalo. Gabi e Guilherme preferem permanecer na sala com vergonha de encarar os colegas de sala)

Guilherme: Você não vai para o intervalo?

Gabi: Ah..não sei.. acho melhor ficar aqui, quieta na minha! E você?

Guilherme: É... eu sempre passo o intervalo em sala de aula mesmo..

Gabi: Sério? Mas por quê?

Guilherme: Ah, você sabe! Eles... os alunos... não gostam de mim... sempre me chamam de BV e outros apelidos...

Gabi: Mas isso não pode continuar assim... Não podemos aceitar que pessoas como a Roberta façam com a gente o que quiser... Tratando a gente mal... humilhando a gente na frente de todos.

Guilherme: Eu sei... mas o que podemos fazer?

Gabi: Podemos contar para a professora... para diretora... chamar os nossos pais!

Guilherme: Isso é pior... vão acabar chamando a gente de puxa-saco... criancinha... filhinho-da-mamãe...

Gabi: Ah... mas essa situação não pode continuar assim...

(toca o sinal) (Chegam Roberta, Fernanda e Patrícia)

Fernanda: Vejam, meninas! Os pombinhos estão se entendendo.

Patrícia: "O amor é lindo"... Hahaha!

Roberta: Huuum... será que vai rolar um beijinho hoje... heim?

Todos: Beija... beija.. beija!

Gabi: Parem, meninas! Eu não vou mais aceitar suas brincadeiras bobas!

Fernanda: Hum! A pombinha ficou brava!

Roberta: O que você vai fazer, sua tampinha?

Gabi: Farei o que for preciso para acabar com essa humilhação que eu e o Guilherme estamos sofrendo!

Roberta: É mesmo? É o que veremos!

(Roberta tenta agarrar o cabelo de Gabi que, se desvia, e empurra Roberta no chão) (Guilherme sai de cena)

Roberta: Meninas, segurem a Gabi! Hoje ela vai aprender a não se meter comigo!

Todos: Po-rra-da! Po-rra-da! Po-rra-da!

(As meninas seguram a Gabi que vira alvo de Roberta)

Professora: O que que está acontecendo aqui?! Roberta, Fernanda e Patrícia, o que estavam tramando contra a Gabriela! Posso saber?

Roberta: Nada não professora! (as garotas se silenciam)

Professora: Nem precisa dizer mais nada! O Guilherme me chamou para ver tudo o que estavam tramando! Vocês serão suspensas e os seus pais serão chamados para virem ao colégio! Desrespeito ao colega é coisa muito séria!

(As meninas saem)

Professora: Voltem todos para os seus lugares! Vamos retornar à aula!

Gabi: Guilherme, você foi super legal comigo!

Guilherme: Que nada, Gabi! Você é que foi legal comigo, pois me fez criar coragem para tomar essa atitude de chamar a professora para deter Roberta!

Gabi: Nem sei como te agradecer!

Guilherme: Não precisa! Basta sermos amigos, certo?

(Gabi faz sinal que sim e o agradece com um beijo no rosto. Após o beijo, os dois retornam aos seus lugares envergonhados e felizes)

FIM Related Posts Plugin for WordPress, Blogger...(Fonte: Blog do Professor Diogo).



<http://itnet.com.br/rico-em-historia-e-cultura-conheca-o-encontro-cultural-de-laranjeiras,29182.html>